

As instalações e os equipamentos para a Educação Física no 1.º ciclo do Ensino Básico

José Eduardo da Silva Monteiro*

I

Gostaríamos de iniciar o tratamento de este tema com uma reflexão que decorre de um conjunto de interrogações, reticências e preocupações que os professores do 1.º Ciclo têm apresentado nas várias acções de formação que tivemos oportunidade de participar. Pode ser expresso nas seguintes afirmações:

- A Educação Física no 1.º Ciclo é uma utopia.
- A Educação Física no 1.º Ciclo é um fantasma.
- A Educação Física no 1.º Ciclo é uma farsa.

A ideia de utopia justifica-se porque, década após década, apesar de as crianças continuarem a sonhar com ela, permanece sem lugar próprio para existir, para estar, para ser.

É um fantasma que é uma presença virtual nas nossas escolas. É imaginária, falamos dela, acreditámos nela (ou não), mas não se vê. Quando se vê, é tantas vezes um prémio, um rebuçado, quando não deve ser outra coisa senão um direito das nossas crianças.

Fala-se em farsa porque, apesar de não ter lugar e por isso não existir, nunca deixou de ser obrigatória e de estar presente em todos os currículos oficiais que foram elaborados.

Tais constatações colocam o problema da responsabilidade, ou seja o problema de saber quem pode alterar esta imagem que os professores denunciam.

* Assistente no Curso de Licenciatura em Educação Física e Desporto da ULHT.
Boletim SPEF, n.º 14 Outono de 1996, pp. 55-64.

De quem é a responsabilidade de há tantas décadas comprometermos o desenvolvimento completo das nossas crianças que, de geração em geração, se viram privadas duma *educação... física* que as promovesse a uma outra dimensão cultural?

Provavelmente, de todos nós: uns não acreditaram no sonho, outros não puderam (ou não quiseram) construí-lo, outros ainda julgaram que não era problema seu e, finalmente, outros preferiram o «possível» (o fácil) e optaram pelo «chocolate em vez da refeição», ou seja, propuseram «campeonatos», «competições» e «animações» em vez de se criarem as condições para as crianças, todas e cada uma delas (não só algumas), terem as oportunidades educativas que precisam e merecem: contínuas, sequenciais e de valor pedagógico.

Todavia, não podemos deixar de reconhecer que os colegas professores do 1.º Ciclo têm razão: por si sós, pela sua dedicação, pela sua capacidade pedagógica, não é possível ultrapassar as limitações reais e viabilizar a Educação Física. Perante a dimensão dessas limitações é já um problema político. Perante o efeito negativo dessas carências, é já uma deficiência cultural da nossa sociedade.

A acessibilidade material das actividades físicas, o seu lugar na escola é apontado sistematicamente, a par da formação dos professores, como a principal limitação.

Dediquemos a nossa atenção a esse aspecto: o lugar da Educação Física.

II

As instalações para a Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico caracterizam-se pela sua ausência quase total ou pela inadequação aos propósitos da actividade física educativa das crianças neste nível de ensino.

As escolas onde se podem encontrar espaços utilizáveis para a Educação Física não apresentam as qualidades apropriadas para a leccionação desta área obrigatória do currículo oficial.

a) Os espaços interiores:

- não têm áreas de separação de zonas de «pés limpos» das zonas de «pés sujos»;
- são zonas de passagem e/ou acesso dos alunos, professores, funcionários e outros utentes ao interior da escola e das restantes salas de aula;
- não têm qualidades de insonorização;
- não têm as paredes necessárias para poderem ser utilizadas como alvos ou como instrumento auxiliar de aprendizagem (por exemplo no trabalho com bolas);
- são transformados em locais «bonitos» sendo adornados com prateleiras, vasos e flores, fitas decorativas, cartazes e «posters», ou são

interpretadas como o local privilegiado dos «placards» de informação [porque são vistos como espaços polivalentes: as normas sobre construções escolares da Direcção Geral dos Equipamentos são claras quanto a esta idéia quando referem que «Esta zona destina-se a actividades tais como ginástica, canto coral, etc... É o ponto de reunião da comunidade escolar (o sublinhado é nosso) e, em certa medida, do núcleo populacional no qual a escola se integra»¹];

- apresentam muitas janelas não protegidas;
- os espaços de acesso a outros locais são vários e muito amplos, retirando espaço de parede;
- existem colunas no espaço;
- não existem espaços próprios junto a si (que permitam o acesso fácil) que sirvam de arrecadações de material;
- não existem balneários.

b) *Os espaços exteriores*, na sua grande generalidade, não correspondem a nenhum critério de organização. Senão vejamos:

- quando o pavimento é de terra não apresenta as condições mínimas de utilização;
- quando não é em terra, o piso, muitas vezes, é em alcatrão. Este material não é o mais adequado à Educação Física porque oferece atrito impedindo que as crianças possam cair ou que o «material de chão» (tal como patins, «skates», colchões e outro material de Ginástica) possa ser utilizado nestes pavimentos;
- não sendo inconveniente, neste nível de ensino, o espaço exterior ser simultaneamente o recreio, este facto tem sido prejudicial na sua rendibilidade, porque, em geral, apresenta desníveis, zonas de implantação de árvores e outra vegetação, bancos, bicas de água, etc., retirando as poucas possibilidades que existem para as aprendizagens da Educação Física;
- por não haver quaisquer critérios, para além do desportivo, no seu equipamento, são instalados materiais cuja relação custos/utilização é muita baixa e com pouco valor pedagógico para as crianças;
- por vezes, no sentido de serem espaços abertos à comunidade e utilizados nas horas pós-laboral, apresentam equipamentos que não se adequam às características destas idades, retirando-lhes alguma eficácia naquilo que deveria ser fundamental — a actividade obrigatória das crianças.

III

Neste quadro, a Educação Física dificilmente se pode realizar. Tal facto permitiu confundi-la com «o faça-se qualquer coisa em qualquer

lugar», já que «afinal, mesmo sem a Educação Física as crianças crescem»². Desta forma, parece ser opinião corrente, explícita ou de uma forma surda, que a Educação Física das nossas crianças se pode cumprir com «qualquer muro e qualquer árvore», ou seja em qualquer lugar.

Ora todas as posições pedagógicas e didácticas atribuem à Educação Física um papel essencial e decisivo no desenvolvimento integral e harmonioso das pessoas, especialmente na sua infância.

Contudo, tais recomendações não têm sido consideradas ao longo de décadas com consequências negativas na saúde e na nossa cultura.

A ausência da importância dada a tais argumentos é facilmente visível nos currículos da formação inicial dos professores do 1.º Ciclo e na falta de espaços para a Educação Física.

IV

No que se refere aos *materiais*, os Programas de Educação Física apresentam quais são os necessários à sua realização, adiantando, em alguns casos, material alternativo (por exemplo: «mesa ou plinto», «com bola ou ringue»).

Os equipamentos que devem apetrechar as escolas devem ser estudados e avaliados a partir «(...) de três factores, a saber: qualidade, quantidade e variedade»³.

A variedade dos materiais assumindo graus de importância diferentes pelas possibilidades educativas e pela actividade que permite executar, não necessita existir na mesma quantidade nas escolas.

Ou seja, consideramos que há material que deve haver numa relação mínima *uma unidade por aluno em actividade* (por exemplo: deve haver muitas bolas, uma para cada «miúdo», de vários tamanhos, pesos e cores, tal como balões, arcos, cordas de saltar e raquetas). Enquanto outro tipo de material, tal como patins, «skates», colchões e ringues, não necessita existir na mesma relação.

O restante material, tal como bóques, plintos, espaldares, barras fixas, bancos suecos, planos inclinados e traves de equilíbrio, deverá ser sujeito a estudos no sentido de, por um lado, haver uma maior optimização na sua utilização e, por outro lado, poderem ser criados materiais especificamente adequados, simples e económicos, com durabilidade, que possam substituir os equipamentos desportivos e para o espectáculo que o mercado oferece, para o treino específico (como tal pouco polivalentes e muito caros).

Para além deste material, as escolas devem ser equipadas com outros aparelhos, chamaremos «fixos e de balanço», que devem ser colocados nos espaços exteriores (no «espaço aventura», ou «ginásio ao ar livre»). Estes aparelhos devem utilizar materiais naturais, como a madeira, aos quais se podem juntar «pneus», cordas, etc.

Tais equipamentos devem permitir a realização das habilidades fundamentais apresentadas no programa, que são as habilidades típicas das idades a que se dirigem. Devem incluir, também, as barras fixas com alturas variadas, os aparelhos que permitam o trabalho de equilíbrios e os colchões ou tapetes que possam ser utilizados no interior e no exterior.

V

As possibilidades educativas e de exploração de material não podem depender do tipo de escola, conforme é avançado nas «Normas sobre Construções Escolares — Edifícios e Terrenos para Escolas Primárias»⁴ no seu artigo 21.º em que considera três tipos de escolas:

- 1) de uma a seis salas de aula;
- 2) de seis a dezasseis salas de aula;
- 3) mais de dezasseis salas de aula; propondo para cada uma delas «zonas desportivas» com equipamentos diferentes.

Isto porque, independentemente do seu tamanho, os alunos devem ter possibilidades de cumprir o programa e oportunidades educativas semelhantes.

Em contrapartida, as propostas avançadas no documento orientador da «Escola Básica Integrada»⁵ revelam alguns cuidados que até aqui pareciam ser esquecidos ou ignorados.

Para além de separar correctamente alguns espaços, tais como balneários e vestiários, inclui conceitos como «salas de aula de Educação Física», designação que consideramos mais adequada «(...) por representar uma concepção mais correcta da resolução do problema»², abrindo outras hipóteses de financiamento da Comunidade Europeia.

Considera, também, a adequação das instalações às regiões adaptando-se às necessidades climáticas, privilegiando «(...) os espaços de ar livre em detrimento dos grandes espaços interiores». Não deixa, contudo, de realçar que tal facto não pode substituir a necessidade de existirem «(...) espaços interiores para a utilização de uma turma ou de duas em simultâneo, (...)»⁵.

O 1.º Congresso Nacional de Educação Física concluído na Figueira da Foz em Novembro de 1988 definiu que a escolha das instalações deve decorrer de três critérios. A saber:

- 1) os Programas a implementar;
- 2) o Nível de Ensino a que se dirige;
- 3) a Região onde se insere a escola.

Ou seja, devem ser adequadas às características onde se localizam, considerando os aspectos climáticos (*tipologia variada*), ao 1.º Ciclo e aos escalões etários que este nível de ensino abrange (*espaços destinados à formação nas diferentes actividades, proporcionando experiências variadas*), tendo como referência a concepção pedagógica de Educação Física (*espaço polivalente*).

Assim, apesar de não defendermos a tipologia única de instalações, julgamos ser importante definir alguns princípios e regras gerais que balizem claramente essas tipologias.

Os princípios a considerar são os seguintes:

- o princípio da adequação na sua dupla valência: adequados à região e às idades das crianças;
- o princípio da deliberação pedagógica permitindo que o professor possa escolher as actividades a realizar nas aulas, de preferência, segundo as necessidades das crianças e não, exclusivamente, pelas possibilidades do espaço. A partir deste princípio, os espaços devem ser criados e equipados de forma a terem como característica a polivalência: que permitam a realização de actividades variadas incluídas na área de Educação Física.

E devem considerar as seguintes regras (entre outras):

- privilegiar o espaço interior (uma turma) a qualquer outro espaço;
- privilegiar os espaços exteriores cobertos e abrigados aos grandes espaços interiores;
- serem espaços polivalentes na sua utilização para actividades de outras áreas e pela comunidade para vários acontecimentos (festas, reuniões, encontros, etc.), sem contudo deixarem de ser preferencialmente construídos para a Educação Física;
- os espaços exteriores devem ser cobertos e com iluminação própria que permitam ser utilizadas pela comunidade em horário pós-laboral (as escolas do concelho do Seixal são um bom exemplo: várias escolas com espaços exteriores que seria vantajoso cobrir e iluminar);
- como instalações para a Educação Física devem ser, também, considerados os espaços de apoio que incluem os balneários/vestiários e arrecadações de material;
- os espaços de apoio devem permitir o fácil acesso aos espaços de aula;
- os balneários/vestiários devem ser os espaços através dos quais os alunos têm acesso aos locais de aula, facilitando a separação dos circuitos «pés sujos» e os de «pés limpos» e as zonas de transição;

- as instalações interiores devem estar integradas no edifício escolar de forma a serem acessíveis, mas serem um espaço privado que não incomode as aulas nas outras salas;
- os espaços exteriores, em especial o polivalente exterior de piso em cimento, devem encontrar-se perto da instalação interior de forma a haver um fácil acesso dos balneários/vestiários a este tipo de espaço (garantindo a separação dos circuitos «pés sujos» e os de «pés limpos») e impedindo que faça fronteira com a parte do edifício que tem as outras salas de aula (de forma a que não seja um foco de distração dos restantes alunos e evitando o barulho, fonte perturbadora das restantes actividades);
- os espaços cobertos, interiores ou exteriores, devem ter como altura mínima 5 metros para que seja possível o lançamento de bolas e outro material;
- os pavimentos devem ser adequados à actividade física (anti-derrapantes, aderentes, com um certo grau de elasticidade afim de amortecer as quedas, duráveis, com uma cor que evite reflexos, não inflamável, de fácil manutenção e limpeza e drenagem de águas);
- as paredes dos espaços interiores devem ser resistentes de forma a poderem ser sujeitas a impactos, lisas sem quaisquer arestas ou atritos que possam aumentar os riscos no caso de acidente e devem ter uma cor adequada à luminosidade;
- a colocação das portas não deve situar-se no nível central das paredes e devem ser de um material que possibilite impactos, para além de abrirem para o exterior do espaço.
- as coberturas, para além de terem em conta os aspectos térmicos, devem ser um factor de correcção acústica e estanques, além de outras características⁶;
- os espaços devem ter a ventilação necessária sem contudo diminuir as condições de conforto; para além disso devem haver mecanismos de correcção acústica, já que em Educação Física ocorrem actividades susceptíveis de produzirem ruído.

Decorrente destas idéias julgamos que as instalações de Educação Física no 1.º Ciclo devem ser compostas por dois pólos: o interior e o exterior; e três áreas: o ginásio, o polivalente coberto tipo «cimentado» e o espaço aventura (ou ginásio ao ar livre) (esta proposta tem como base uma análise da realidade do parque escolar onde se incluem as escolas do Seixal, entre outras).

No pólo interior, o *ginásio* deve ter como medidas mínimas 12 m × 10 m (garantindo um espaço médio de 4 m² por criança, partindo da hipótese de estarem 30 crianças a funcionarem ao mesmo tempo) com altura mínima de 5 metros, podendo assumir as medidas de 15 m × 12 m e/ou 18 m × 12 m.

Acoplado a este espaço é necessário um bloco com os balneários/ vestiários/sanitários e arrecadações, que pode coincidir com a medida do lado maior. Este bloco deve ter portas de acesso do exterior aos balneários e às arrecadações e destes ao espaço de aula, para que os alunos não tenham que passar pelo espaço de aula para se equiparem. Entre este bloco e o espaço de aula é importante haver uma «zona neutra» (um corredor, por exemplo) que faça uma separação entre as zonas de «pés sujos» (zonas de acesso aos balneários) e as zonas de «pés limpos» (salas de aula de Educação Física).

O espaço de aula deve ser delimitado por paredes utilizáveis nos exercícios. Se for necessário numa das paredes colocar vidros para aumentar a luminosidade e o conforto (tornando o espaço mais quente), é aí que devem ser colocados os espaldares, não «roubando» espaço nas restantes paredes e protegendo os vidros das janelas.

Para que o espaço se torne mais acolhedor e facilitador de aprendizagens, a decoração das paredes pode ser feita desenhando e pintando um conjunto de imagens que podem servir de alvos, integrando outros conceitos das restantes áreas disciplinares (por exemplo, o corpo humano, quadrados com cores, os sólidos geométricos, vários elementos para contagem, etc.).

No pólo exterior, o espaço deve ser do tipo «*polivalente coberto*» com as medidas de 28 m × 18 m, com a altura mínima de 7 metros, com o pavimento que permita os «miúdos» caírem sem se molestarem (por exemplo, tipo «cimentado»). Este espaço deve estar preparado com «caleiras» que fazem a drenagem das águas. Se a região for muito ventosa, este espaço pode ter uma ou duas paredes, podendo ser feitas de árvores/sebes ou aproveitando os lados dos edifícios já construídos.

É neste sentido que este espaço deve confinar com o pólo interior para que o acesso ao bloco dos balneários e arrecadações se faça com simplicidade, para que a parede do pólo interior seja, por si, uma forma de protecção dos ventos dominantes e para que os efeitos do ruído sejam atenuados para as restantes salas de aula.

Para além deste polivalente, o pólo exterior deve ter a área do *espaço aventura e/ou ginásio ao ar livre* onde, para além dos aparelhos que permitam, por exemplo, trepar, escalar, saltar, passar por, podem ser colocadas as barras fixas com alturas variadas, elementos de equilíbrio e obstáculos variados que permitam a utilização de apoios diversos e multisaltos.

Esta área pode estar inserida num espaço verde, ervado ou relvado, garantindo junto dos vários aparelhos, conforme for necessário, zonas de protecção de quedas onde possam ser instalados colchões e tapetes de amortecimento.

Quando a implementação simultânea das três áreas não for possível, o primeiro espaço a ser criado deve ser o pólo interior, incluindo o bloco dos balneários/vestiários/sanitários e das arrecadações do material, já que esta proposta integra-se no modelo conhecido como «evolutivo»

perspectivando os espaços nas suas possibilidades de desenvolvimento e adaptação futura.

Nas escolas já existentes, as opções devem ser definidas com o acordo dos seus professores e encontrando as melhores formas de viabilizar a existência de espaços para a prática da Educação Física, segundo os critérios: espaço disponível e economia. Perante a realidade existente, provavelmente o espaço mais adequado será o espaço exterior coberto e abrigado.

VI

Perante estas características gerais que nos parecem consensuais, pois foram reconhecidas em numerosas reuniões com professores, técnicos e muitos outros responsáveis, trata-se agora de as operacionalizar;

- estudando as características (qualidades) específicas dos materiais a utilizar neste nível de ensino para a consecução do programa;
- estudando as características (qualidades) específicas das componentes das instalações (tipos de espaços);
- definindo operacionalmente quais os princípios que devem orientar a sua construção e a aquisição dos equipamentos. Desta forma, é possível encontrar linhas orientadoras para a construção de novas escolas e apoiar os processos existentes ao nível das autarquias de reequipamento e melhoramento das escolas já existentes;
- definindo um projecto de desenvolvimento com os princípios, as características e os parâmetros que as instalações e os materiais para a Educação Física devem seguir, avançando sugestões claras a dois níveis: 1) das novas escolas; 2) das escolas já existentes.

Estas sugestões devem indicar os passos a dar imediatamente, a médio prazo e a longo prazo, de forma a saber onde investir primeiro (por exemplo, em relação ao material é mais importante ter muitas bolas do que um plinto, no caso de se ter que optar, ou em relação aos espaços a criar).

VII

É evidente que a implementação «do lugar» da Educação Física implica investimentos tão avultados, quanto necessários. Tais investimentos poderiam ser revalorizados se estes espaços fossem vocacionados para satisfazer as necessidades de lazer das populações (e que nem sempre se caracterizam pelo critério desportivo) e as necessidades de espaços infantis.

Contudo, se estes investimentos não forem assumidos num compromisso político que, dada a gravidade da situação, deve ser nacional, parece-nos que os custos revelar-se-ão significativamente maiores.

Temos que ter consciência e sulinhar que «(...) os espaços «em migalhas» [constituem] um factor de negação do aperfeiçoamento dos Homens e das Sociedades»⁷.

Queremos dizer que é tempo de o Estado (Administração central e autárquica) criar as condições materiais ao aperfeiçoamento e desenvolvimento integral e harmonioso das nossas crianças.

Queremos dizer que é tempo das nossas crianças poderem usufruir, todas e cada uma delas, duma educação física com valor pedagógico e em si própria elemento fundamental de desenvolvimento pessoal e social.

Queremos dizer que é tempo que a Educação Física não seja uma idéia no papel, mas sim uma realidade concreta para cada uma das nossas crianças.

Notas bibliográficas

¹ Ministério da Habitação e Obras Públicas. «Normas sobre Construções Escolares — Edifícios e terrenos para Escolas Primárias». DGE, CDI, Lisboa. Outubro 1977 (actualização).

² CNAPEF, Comissão Executiva. «Carta Aberta do Conselho Nacional das APEF a Sua Excelência o Ministro da Educação». 2 de Março de 1991.

³ «1.º Congresso Nacional de Educação Física — Conclusões». Figueira da Foz. Novembro 1988.

⁴ Ministério da Habitação e Obras Públicas. «Normas sobre Construções Escolares — Edifícios e terrenos para Escolas Primárias». DGE, CDI, Lisboa. Outubro 1977 (actualização).

⁵ Martins, Carlos et all. «Escola Básica Integrada — modelo de organização espacial». Seminário sobre Carta Escolar — Região Centro. Coimbra, 15-17 de Outubro de 1990. DEE/DEI.

⁶ Gonçalves, C.; Constantino, J. «As Instalações Desportivas Escolares». In Revista *Horizonte*, Vol, V, n.º 30, Dossier, Março/Abril 1989.

⁷ Crespo, Jorge. «Perspectivas de espaços para a prática do Desporto para todos: uma proposta para Portugal». In «Os Espaços e os Equipamentos desportivos — Congresso Europeu para Todos». CMO/Federação Internacional de Desporto para Todos.